



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

**Processo TC** 4162/989/16  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Cajuru  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU  
**Período** 10/2016  
**Relator** Dra. Cristiana de Castro Moraes  
**Unidade Fiscalizadora** UR-06 UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO  
**Responsável** LUIS ESTEVAO PEREIRA  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 461.522.376-53  
**Período de Gestão** 01/01/2013 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Parte dos documentos exigidos foi entregue, sendo parte da entrega tempestiva e parte intempestiva.

Não foram entregues os seguintes documentos:

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
Publ. RREO Balanço Orçamentário	10	2016
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	10	2016

Os seguintes documentos foram entregues intempestivamente:

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	10	2016
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	10	2016

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

<b>Previsão acumulada até o Bimestre</b>	R\$ 44.672.981,75	
<b>Realização acumulada até o Bimestre</b>	R\$ 45.017.163,66	
<b>Variação</b>	R\$ 344.181,91	0,7704%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

### 2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

<b>Receitas Realizadas até o Bimestres:</b>	R\$ 45.017.163,66	
<b>Despesas Liquidadas até o Bimestre</b>	R\$ 44.777.137,28	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 240.026,38	0,5332%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

### 2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

<b>Resultado Primário Previsto na LOA</b>	R\$ -6.726.796,88	
<b>Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO</b>	R\$ -602,00	
<b>Diferença</b>	R\$ -6.726.194,88	99,9911%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

### 2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

### Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU	R\$ 6.330.806,12	R\$ 2.271.037,08

### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU	R\$ 0.00	R\$ 6.013.082,76	R\$ 198.588,61

### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU	R\$ 2.042.716,17	R\$ 347.455,66	R\$ 7.165.335,38

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

## 2.7 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 25.698.980,00	R\$ 52.245.449,07	49,1889%	49,1889%
10/2016	R\$ 26.570.619,49	R\$ 53.391.131,99	49,7660%	49,1889%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 10/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 49,7660%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual

apurado em 6/2016, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

## **2.8 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 3.908.611,31
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 2.042.716,17
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 4.011.198,18
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 3.591.829,63
(=) Liquidez do Período	R\$ -5.737.132,67
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 9.475.822,49
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 11.570.211,78
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 287.000,00
(=) Liquidez Projetada	R\$ -8.118.521,96

A verificação da situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada para os ajustes necessários frente aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

### **3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino**

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 39.574.315,32
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 12.409.708,40
<b>Índice Apurado</b>	31,3580%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

### **3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

<b>Receita</b>	R\$ 32.162.671,39	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 10.006.473,31	31,1121%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 9.463.332,66	29,4233%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 8.966.216,96	27,8777%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

### 3.3 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ -5.054.319,03	R\$ 8.372.662,99	R\$ 8.254.026,05	98,5830%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

### 3.4 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada Magistério</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ -5.054.319,03	R\$ 8.372.662,99	R\$ 5.025.179,37	60,0189%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

### 3.5 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Aplic. Financ.</b>	<b>Desp Empenhada</b>	<b>Saldo Atual</b>
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

### 3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

---

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 2.400.882,16	R\$ 3.431.399,35	142,9224%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

## 4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

### 4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 39.574.315,32
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 15.470.659,12
<b>Índice Apurado</b>	39,0927%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 32.162.671,39	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 12.555.707,59	39,0381%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 11.466.099,74	35,6503%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 10.474.216,41	32,5664%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 09/12/2016  
 Hora da Geração: 22:14:34